



Grupo Parlamentar

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Comemoramos no presente ano três décadas da instituição da autonomia democrática dos Açores.

Em trinta anos, com as dificuldades do crescimento, com as dúvidas e percalços da juventude, com consolidação de perspectivas, com realizações e insucessos, a Autonomia assumiu-se historicamente como a solução jurídico-política para a concretização da democracia no espaço geográfico do arquipélago.

Em todo este tempo, procurou-se o desenvolvimento personificado nas vidas dos açorianos.

A acção política levada a cabo nestes trinta anos baseou-se na actividade partidária como meio de intervenção cívica propulsora da vida institucional dos órgãos de governo próprio da Região.



Grupo Parlamentar

Neste tempo, em que os partidos políticos são apontados por muitos como o mal através do qual se expiam as enfermidades da vida pública da sociedade ocidental deste início de milénio, é justo e necessário dizer-se que foi a actividade política de base partidária que implementou e protagonizou a autonomia democrática nos Açores, com as conquistas e vicissitudes que caracterizaram a nossa evolução colectiva recente.

O Partido Social-Democrata assume-se como um pilar, no verdadeiro e expressivo sentido do termo, da arquitectura e construção do edifício autonómico.

Em vinte anos, com responsabilidades executivas regionais, o PSD caboucou o desenvolvimento dos Açores, criando e concretizando a ideia de Região que marca a autonomia.

Em dez anos, na oposição, o PSD continua a dar o seu efectivo e imprescindível contributo para o crescimento dos Açores, na fiscalização da acção governativa e na proponência de políticas alternativas que impulsionam, elas próprias, a acção executiva de quem representa a maioria.



Grupo Parlamentar

Em todos estes anos, o PSD deteve a maioria das responsabilidades autárquicas do arquipélago, promovendo e concretizando por essa via o progresso das nossas terras e gentes.

Sempre e em qualquer caso ou circunstância, na defesa primeira e intransigente dos Açores e dos açorianos.

É nesta dinâmica, com estes propósitos e, fundamentalmente, com a profunda convicção de que quer no poder quer na oposição se está sempre a prestar um serviço público, que o PSD sucessivamente vem mantendo uma especial relação com a população açoriana, apresentando-se como receptáculo de esperanças e confianças.

Para a adequada intervenção cívica e pública dos partidos é essencial a sua dinâmica interna própria, concretizada nas reflexões, debates e acções que os caracterizam, assumindo o PSD uma especial forma de vida intrínseca, em que o partido tem uma existência específica que entusiasma os seus militantes e prende a atenção da sociedade em geral.



Grupo Parlamentar

Neste âmbito, os congressos do PSD são diferentes de eventos do género noutros partidos.

No poder ou na oposição, sempre os congressos do PSD suscitam atenção distinta, merecem outra abordagem e, por via disso mesmo, são momentos de particular importância da vida política regional.

No passado mês de Dezembro, com a realização do seu XVI Congresso Regional, o PSD voltou a ser o centro das atenções da actividade política dos Açores.

Com o resultado do Congresso e, sobretudo, com as conclusões e abordagens políticas realizadas, o PSD assume-se, como sempre, com o sentido de responsabilidade pública que o caracteriza e com uma vontade renovada de se afirmar como verdadeira alternativa ao poder socialista.

Os Açores de hoje precisam de um PSD forte.

Cada vez mais, os Açores precisam da afirmação de uma alternativa.



Grupo Parlamentar

O estado a que chegou a democracia nos Açores, as limitações que vêm sofrendo o processo autonómico e as dificuldades demonstradas pelo actual poder regional na assunção de políticas que promovam o nosso desenvolvimento em níveis aproximados às médias nacionais e europeias, exigem a intervenção eficaz do PSD.

Com efeito, a vida democrática vive tempos difíceis nos Açores.

A forma como o Governo Regional e a maioria que o suporta assumem expressa e convictamente a necessidade e a importância de se controlar a vida comunitária através das suas associações e organizações, não é adequada numa sociedade democraticamente amadurecida.

O modo como se pretende controlar a circulação da informação através dos constrangimentos criados à comunicação social açoriana, ou pela criação e utilização sectária de uma central de informação denominada Gabinete de Apoio à Comunicação Social que acaba por ser um especial meio de propaganda política pago por todos nós, não manifestam uma vivência democrática descomprometida e livre.



Grupo Parlamentar

A distribuição de apoios e dinheiros públicos sem critério, ou melhor com o mero critério partidário e eleiçoeiro que tem marcado a acção governamental nos últimos tempos, conforme vem denunciando o Tribunal de Contas, constitui mais uma marca negativa do exercício democrático nos Açores.

A confusão e falta de transparência na nomeação de altos cargos dirigentes da administração regional não constituem sinais de uma governação democrática.

A democracia vive de forma natural e saudável quando cada um exerce responsabilmente as suas competências.

Quando o Governo e a maioria exercem rigorosamente as suas atribuições de governação, quando a oposição fiscaliza a acção governativa e propõe soluções diferentes.

Porém, assistimos a uma forma de exercício de poder que quer abafar tudo e todos.

O Governo e a maioria, não aceitam a existência da oposição, não reagem saudável e respeitosa à crítica,



Grupo Parlamentar

acabando por esquecer as suas próprias responsabilidades, quando se gastam e desgastam na inversão dos papéis democráticos, sendo mais oposição à oposição do que promotores e executores da acção governativa.

A própria autonomia não vive os melhores dias.

A forma como o silêncio e as tutelas partidárias abafam a defesa dos interesses da Região perante as mais graves violações dos nossos direitos e interesses de que há memória não favorecem a vida autonómica.

O último Orçamento de Estado é a prova do desrespeito da República para com a Região sem que nada seja feito em defesa da Autonomia.

O modo como nos isolamos do mundo, nas nossas relações com a Europa em que nos integramos ou com o resto do Mundo em que os nossos fazem vida, não propícia a nossa afirmação autonómica.

Toda a acção política assente na democracia e com o enquadramento jurídico-político da autonomia deve visar o



Grupo Parlamentar

desenvolvimento: a adequação óptima das circunstâncias espaciais, temporais e humanas da comunidade em que nos integramos.

Porém, os nossos índices de desenvolvimento demonstram insucesso genérico das políticas socialistas.

Está hoje demonstrado que o muito que recebemos da Europa nos últimos anos não teve como resultado o nosso crescimento sócio-económico.

O mesmo se diga do aumento assustador da dívida pública regional sem resultados visíveis na vida dos açorianos.

Continuamos, na maioria dos casos, na cauda do país e da Europa.

É assim no sucesso escolar, é assim na produtividade, na competitividade, na coesão, nos níveis de pobreza aferidos pela atribuição do rendimento social de inserção, na preservação do ambiente, como por exemplo na qualidade da água, e em muitas outras áreas.



Grupo Parlamentar

E isto não é uma fatalidade, é uma consequência das tais circunstâncias de tempo e de espaço conformadas pelas opções, acções e omissões que os responsáveis políticos adoptaram.

Por isso, é necessário uma nova intervenção, uma nova abordagem política com diferentes escolhas e prioridades, com uma diferente ideia de Região e, fundamentalmente, com um mais apurado conceito de democracia, com uma mais afirmativa concepção de autonomia e com um mais eficaz conceito de desenvolvimento sócio-económico.

O PSD está objectiva e convictamente disponível para assumir este desafio.

Independentemente da vontade da maioria e do Governo, o PSD assume com responsabilidade o dever de ser oposição, fiscalizando com firmeza a acção governativa e denunciando com clareza os insucessos, erros e desvios da gestão executiva.

Com as outras forças políticas, o PSD quer contribuir activamente para alcançar os consensos necessários às grandes questões decisivas para o nosso futuro colectivo, como são os casos da Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região,



Grupo Parlamentar

da reforma do Parlamento, da Lei de Finanças Regionais ou das perspectivas financeiras do próximo quadro de apoio financeiro da Europa.

Pelo desenvolvimento dos Açores e pela realização dos açorianos, o PSD quer assumir-se como a alternativa do Futuro, a força propulsora da modernidade, na abordagem conhecedora e prospectiva das novas realidades deste tempo como são as novas tecnologias, a investigação científica, as energias renováveis, o empreendedorismo, a qualificação como formas de promover o emprego estável, a utilização económica e ambientalmente sustentável dos nossos recursos com especial incidência para a importância decisiva da nossa relação com o Mar, ou a adopção de novas e mais eficazes políticas de Saúde e Solidariedade Social.

Os Açores de hoje não podem ser avaliados e governados com os mesmos pressupostos do Passado, não podem ser geridos com os preconceitos do Presente, devem, pelo contrário, ser encarados com a responsabilidade, criatividade e ambição de quem quer construir o Futuro de uma terra que orgulhe os seus e seja motivo de admiração dos outros povos.



Grupo Parlamentar

Os açorianos, e só os açorianos, têm o poder inalienável de determinar esse Futuro e o caminho a seguir.

Como ainda no passado Domingo ficou demonstrado, com as eleições para a Presidência da República, os açorianos decidem por si, independentemente das vontades, conselhos ou intervenções daqueles que se julgam detentores de todo e absoluto poder.

Como ainda no passado Domingo ficou demonstrado, quem já ganhou acaba por perder e quem já perdeu acaba por ganhar.

São estas as lições da Democracia que determinam os caminhos da intervenção na vida pública.

Assim todos as compreendam e aceitem.

O PSD, sendo oposição regional e tendo a maioria das autarquias dos Açores, aceita com a mesma serenidade, respeito popular e idêntica convicção todas as atribuições decorrentes do veredicto democrático.



Grupo Parlamentar

É, assim, consciente do nosso passado autonómico, conhecendo a realidade em que vivemos, nos constrangimentos políticos económicos e sociais que caracterizam os Açores, e convicto do papel que tem de ter para a afirmação desta terra perante as outras e dos açorianos perante as suas ambições e expectativas que o Partido Social Democrata se apresenta aos açorianos como força política da Modernidade, da Democracia, da Autonomia e do Desenvolvimento.

Disse.